

ESCOLA MUNICIPAL DE ALBERTO SPECK

Plano
Político
Pedagógico

ITAPOÁ- 2016

ESCOLA MUNICIPAL ALBERTO SPECK

INTRODUÇÃO

Entende-se que Educação é a influência intencional e sistemática sobre o ser juvenil, com o propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. É parte integrante e essencial da vida do homem e da sociedade. Assim sendo, a História da Educação é a história da mudança e do desenvolvimento que a educação tem experimentado através do tempo.

Filosofia da Escola: “Formar um cidadão responsável, através de uma concepção participativa e crítica, que atue na transformação individual e coletiva, concretizando a socialização do conhecimento”. Considera-se que o aluno é um cidadão, e que cabe à escola contribuir para a formação do aluno de hoje, o qual será o homem que constituirá a sociedade em que viveremos futuramente.

As instituições de ensino devem ser o centro de desenvolvimento do educando como cidadão consciente de sua responsabilidade, alicerçando-se nos conhecimentos e tornando-se um agente de transformação na sociedade. Assim, à escola é mediadora, através do domínio do código científico e de suas diversas linguagens, possibilitando que o cidadão escolarizado potencialize suas relações com a natureza e com a sociedade. Desta forma o cidadão avança na capacidade de interpretar a realidade, e de fazer-se a si mesmo ao interagir com esta realidade de forma crítica, consciente e produtiva.

A educação visa o desenvolvimento, motor, cognitivo, afetivo e social do aluno. Na sucessão de experiências vivenciadas. Os conteúdos são os instrumentos utilizados para ativar e mobilizar os esquemas mentais operatórios de assimilação. Nessa abordagem, o educando é ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento.

Os avanços tecnológicos tornaram as informações mais acessíveis. As novas gerações sociais, em nível micro e macro, criaram novos conceitos histórico-geográficos, culturais, econômicos e comerciais. Impõe-se hoje uma nova concepção de história, de sociedade, portanto, de homem, o que implica num novo conceito de escola e seu papel social. Isso faz com que o profissional da educação necessite replanejar sua prática pedagógica e avaliativa periodicamente, a partir de leituras, cursos, estudos e reuniões, com vistas ao acompanhamento deste novo paradigma de educação.

Para que seja possível garantir a qualidade de ensino de forma sistematizada e condizente com as necessidades da escola, é necessário que seja desenvolvido o Projeto Político Pedagógico da instituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei 9394/96¹, dispõe sobre a organização da proposta pedagógica das instituições de ensino, com vistas à adequação dos PPP à realidade na qual a escola está inserida, respeitando suas especificidades, objetivando a prática em convergência aos fundamentos teóricos.

Aliteratura define Projeto Político Pedagógico como:

Projeto: idéia que se forma de realizar ou executar um plano, e empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema.

¹Art. 12 – Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do sistema de ensino terão a incumbência: I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13 – Os docentes incumbir-se-ão: I Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, as escolas passaram a agilizar seus estudos.

Político: porque a intenção é a formação de um determinado tipo de homem, escola e sociedade, sendo necessária à interferência nesta direção, e comprometendo os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem com a concretização desta intencionalidade.

Pedagógico: porque se efetiva estas concepções através da ação educativa, que deve remeter a uma reflexão sobre a relação do homem no mundo e a explicação destes determinantes.

A Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) dispõe que:

Para que a escola possa construir o seu projeto político pedagógico, a participação de todos e, em especial, de seus docentes, é condição essencial. Isso contribui para a democratização das relações de poder no âmbito escolar e, por intervenção no próprio sistema de ensino. (...) Elaborar, executar e avaliar um projeto político pedagógico, de forma coletiva e compartilhada, implica em diagnosticar a realidade escolar fazendo-se um levantamento, junto à comunidade, da situação social, econômica, política e cultural da mesma. É preciso conversar com todos os segmentos desta para perceber, registrar e sistematizar as expectativas, necessidades, possibilidades e parcerias que possam ser estabelecidas. É com base nessas informações e nessa compreensão, que o trabalho coletivo e democrático de construção da escola se inicia.

A partir desta Proposta entende-se que o Projeto Político Pedagógico – PPP é um documento normativo, que deve ser elaborado e revisado periodicamente, com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (profissionais da educação da unidade escolar e pais), e que define o perfil de cada instituição educacional. E num processo democrático de tomada de decisões, funciona como um instrumento de organização que articula teoria e prática, pois estabelece estratégias para se atingir os objetivos pré-estabelecidos.

Sabe-se que há várias formas corretas de organizar o PPP, desde que haja todos os itens básicos necessários pertinentes ao seu objetivo central de identificar uma dada realidade e criar alternativas para melhorá-la. Este PPP foi organizado segundo Gandin (1995) e Vasconcellos (2006) sendo subdividido em três itens: Marco Referencial, Diagnóstico e Programação.

A partir da análise do PPP de 2006, realizada com a equipe pedagógica da escola, observou-se a necessidade de reestruturação para atualizá-lo, priorizando-se os itens de Avaliação da Aprendizagem e Educação Inclusiva em consonância com a legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como a literatura atual disponível sobre o assunto.

O trabalho foi desenvolvido na perspectiva da gestão participativa, comprometida e autônoma.

1 MARCO REFERENCIAL

Segundo Gandin (1995, p. 78-82), o Marco Referencial é a parte do plano em que uma instituição: se compreende como integrante de uma realidade mais ampla; se projeta como portadora de uma proposta sócio política; propõe-se como realizadora desse processo técnico específico de seu campo de ação, com vistas à participação na execução de sua proposta sócio-política.

Segundo Vasconcellos (2006, p. 182) e Gandim (*idem*) o Marco Referencial é composto de três partes:

- **Marco Situacional:** é a primeira aproximação da instituição que planeja a realidade (onde estamos, como vemos a realidade).
- **Marco Filosófico ou Doutrinal:** a instituição assume uma proposta política social e a fundamenta (para onde queremos ir).
- **Marco Operativo:** a instituição firma ideal de sua prática, dentro de seu campo de ação, com vistas a contribuir na construção da sociedade com que se compreende (que horizonte queremos para a nossa ação).

1.1 MARCO SITUACIONAL

1.1.1 Patrono da escola

Alberto Speck, nasceu em Imaruí, Santa Catarina em 06/08/1890 e faleceu em.....

Em 1914 residia em Pedras Grandes. Neste mesmo ano mudou-se para o Saí Mirim juntamente com seus pais. Veio de trem até Laguna e com o navio *Carl Haepks* até São Francisco do Sul. De lá, atravessaram de canoa até Vila da Glória e seguindo por uma picada feita a facção chegaram a Saí Mirim.

Alberto Speck casou-se com Elsa Gerker em 24/04/1919. Deste matrimônio tiveram três filhos: Hilda casada com Francisco João Silveira, Erick casado com Maria Borba Souza Speck e Evaldo Carlos casado com Brandina Fernandes Speck. Sua esposa, Elsa GerkerSpeck trabalhou como parteira, ajudando o povo da localidade durante 22 anos. Faleceu em 05/04/1961.

Alberto Speck após diversos cargos que ocupou dentro de localidade de Saí Mirim, como: Inspetor Escolar e Conselheiro, doou terras para a construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida na localidade, para a Sociedade Cruzeiro e também para a Escola Isolada Prainha do Saí, hoje denominada, Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Speck.

1.1.2 Histórico da escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Speck iniciou suas atividades educacionais com o nome de Escola Isolada Prainha do Saí, no ano de 1958, atendendo de 1ª a 4ª série em local provisório. As aulas eram ministradas pela professora Luíza Airoso de Souza.

Em 10/07/66 foi doado um terreno de 1250 m² pelo senhor Erich Speck (*in memorian*), onde foi construída a primeira sala de aula, de madeira e com 40 metros quadrados, tendo como professora, à senhora Laci Souza Ledoux e a senhora Terezinha Marques Lima (*in memorian*).

No ano de 1984 foi construída a primeira sala de aula de alvenaria, que foi inaugurada no dia 09/08/1984, teve como professor o senhor Luiz Pereira, que permanece no quadro docente atual como Supervisor Escolar. Esta sala passou por reformas e existe até hoje.

A Escola Isolada Prainha do Saí pertencia a Garuva e no ano de 1985 a Escola passou a ser denominada Escola Isolada Alberto Speck.

Em 1988 foi construída a segunda sala de alvenaria para o funcionamento da pré-escola, sendo professora a senhora Merilde Oliva Dias.

Em 1989 houve a emancipação do município de Itapoá e durante a primeira gestão foi construída a terceira sala de aula toda de alvenaria.

Em 1991 o município de Itapoá conseguiu um convênio com o governo do Estado de Santa Catarina passando a escola a ser municipalizada.

As aulas foram multisseriadas, atendendo duas turmas por período, até o ano de 1993.

No ano de 2001 foi realizada a cobertura do pátio pela prefeitura juntamente com a APP da escola.

Ainda no ano de 2001 a escola passou a atender os alunos de 5ª à 8ª Série, no período matutino, como extensão da Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Valentim, para atender melhor a comunidade local. No período vespertino eram atendidos os alunos de 1ª à 4ª Série. E nesse mesmo ano, a Escola Isolada Alberto Speck passou a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Speck, adequando-se a nova lei vigente.

No ano de 2002 foi regulamentado o atendimento de 1ª a 8ª série.

No ano de 2006 a escola atendeu alunos do Ensino Regular: Fase de Educação Infantil à 8ª série no período matutino e vespertino, e Ensino Modularizado 5ª à 8ª Série e Ensino Médio, no período noturno.

No ano de 2008 a escola atendia somente o Ensino Fundamental do 1º ao 9º Ano. No ano de 2009 escola começa a atender alunos da educação infantil na faixa etária de 4 e 5 anos juntos e uma mesma turma Pré I e II e devido ao número de poucos alunos volta a atender as turmas do 1º e 2º ano multisseriadas.

No ano de 2009 foi inaugurada uma sala de Informática com dez computadores pelo projeto PETI da secretaria do Bem estar social, no mesmo ano a escola recebeu mais cinco monitores ligados em um mesmo computador pelo projeto do MEC Escola do Campo. A escola participou do concurso de projetos promovido pelo Porto de Itapoá, onde o projeto de música idealizado pela professora Kéllin da disciplina de português foi selecionado, onde os alunos que participaram desde projeto fizeram várias apresentações na cidade e participaram da inauguração do Porto de Itapoá cantando o Hino de Itapoá na capela.

No ano de 2010, cinco alunos da escola foram premiados pelo Rotary Club de Itapoá no concurso de redação e desenho, recebendo o certificado de escola.... Neste mesmo ano Secretaria de Educação demonstra a intenção de deslocar os alunos das séries finais para a escola Frei Valentim em Itapoá e convoca uma reunião de pais para expor a proposta, os pais apoiados pela comunidade e Sindicato Rural são contrários à proposta, mas a decisão já estava tomada pelo prefeito Ervino Sperandio. Os pais dos alunos entraram com mandado de segurança apoiados pela promotora de justiça com decisão favorável para que os alunos das turmas do 6º ao 9º ano continuassem estudando na escola.

No ano de 2013 a escola começa a atender alunos das comunidades rurais da Jaca, 1º de Julho e Água Branca aumentando consideravelmente o número de alunos.

No ano de 2015 a escola recebe uma extensão de uma creche que funciona em uma casa alugada atendendo alunos do maternal I, II, e III com a faixa etária de um a três anos de idade. As turmas do maternal I e II em período integral e maternal III no período vespertino. No ano de 2016 devido ao termo de Ajuste e Conduta assinado entre a prefeitura de Itapoá e a promotora de Justiça os alunos das turmas do maternal I e II da creche começam a ser atendidos somente em meio período.

No ano de 2016 foi organizada uma sala na escola onde funciona aula de música e artes.

1.1.3 Aspectos Legais

I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

- Nome: Escola Municipal Alberto Speck / Creche como extensão
- Endereço: Estrada da Serrinha, s/n
- Bairro: Sai Mirim
- Telefone: (47) 999792362
- CEP: 89249-000
- Cidade: Itapoá – SC
- Endereço eletrônico: albertospeck@gmail.com
- CNPJ: 01.873.779/0001-12
- INEP: 42021316
- Atos Legais: Decreto nº 002344 de 11/06/91, Parecer do CEE nº 2.344/91

II – Níveis de Ensino

- Educação Infantil: maternal I ao Pré II
- Ensino Fundamental I: Primeiro ao Quinto ano
- Ensino Fundamental II: Sexto ao Nono Ano

III – ENTIDADE MANTENEDORA

Prefeitura Municipal de Itapoá
SME – Secretaria Municipal de Educação

IV – MODALIDADES DE ENSINO

Educação Infantil:

- Maternal I – 01 turma
- Maternal II – 01 turma
- Maternal III – 01 turma
- Pré I – 01 turma
- Pré II – 01 turma

Ensino Fundamental I

- Primeiro ano – 01 turma
- Segundo ano – 01 turma
- Terceiro ano – 01 turma
- Quarto ano – 01 turma
- Quinto ano – 01 Turma

Ensino Fundamental II

- Sexto ano – 01 turma

- Sétimo ano – 01 turma
- Oitavo ano – 01 turma
- Nono ano – 01 turma

V – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Período Matutino: 8:00 h às 12:00 h

Período Vespertino: 13:00 h às 17:00 h

1.1.5 Aspectos Físicos

BLOCO A	BLOCO B	BLOCO C
<ul style="list-style-type: none"> - Sala de aula – 5º Ano matutino e 4º Ano vespertino - Banheiro masculino e feminino - Sala de Supervisão e Biblioteca. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sala de aula – 2º, 1º e 9º anos matutino. - Sala de aula – 3º, Pré II e 7º Ano vespertino. - Sala de informática 	<ul style="list-style-type: none"> - Cozinha - Administração e Gestão - Sala – 8º matutino e 6º vespertino - Sala dos professores - Sala Artes/música - Depósito de Ed. Física
<p>Entre os Blocos A e B: área coberta para lanche e recreação.</p>		

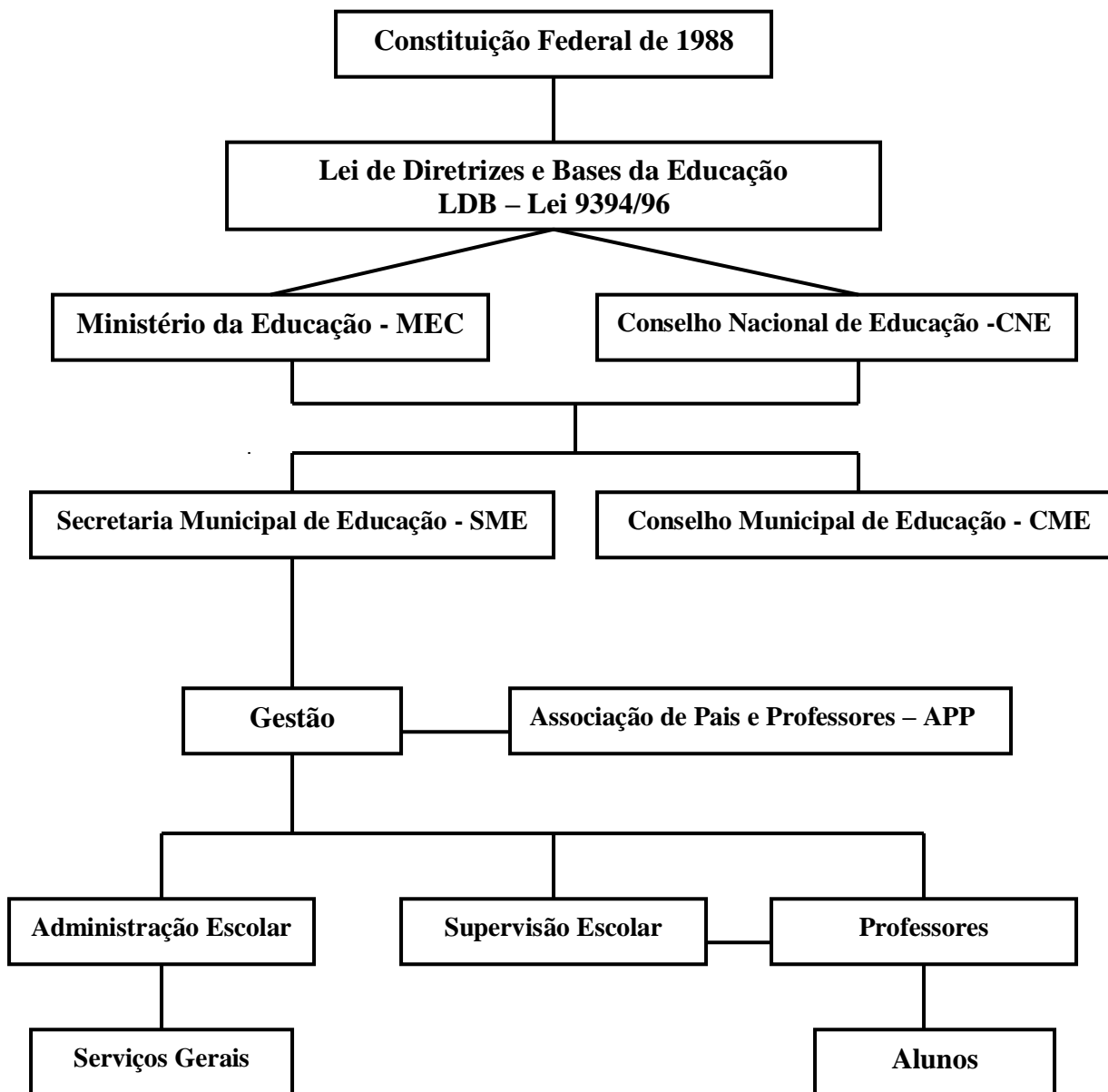
CASA ONDE FUNCIONA A CRECHE - EXTENSÃO

<p>Sala 01 Maternal II – Matutino Maternal I - Vespertino</p>	<p>Sala 02 Maternal III – Matutino Pré I - Vespertino</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Administração e Gestão - Sala professores - Cozinha e refeitório - Lavanderia - Área externa/Play graud
---	---	---

1.1.6 Estrutura Organizacional

- Gestor Escolar (01)
- Supervisor Escolar/Orientação (01)
- Administrador (a) Escolar (01)
- Professores Regentes Maternal I ao 5º ano
- Professor Recreador Maternal I,II e III
- Professora Arte – Pré I ao 9º ano
- Professor de Educação Física - Pré I ao 9º ano
- Professora de Inglês – 1º ano ao 9º ano
- Professor de Português – 6º ao 9º ano
- Professora de Matemática – 6º ao 9º ano
- Professora de Geografia – 6º ao 9º ano
- Professora de Ensino Religioso – 6º ao 9º ano
- Professor de Ciências – 6º ao 9º ano
- Professor de História – 6º ao 9º ano
- Motorista do ônibus escolar 02
- Auxiliar de Serviços gerais 04 - (02 escola – 01 creche – 02 readaptada)
- Associação de Pais e Professores – APP – formada pelo Presidente, Vice-presidente, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro, 1º Secretário, 2º Secretário e Conselho Fiscal

1.1.7 Organograma de hierarquia



1.1.8 Pais –

A maioria das famílias da comunidade está formada na estrutura convencional, isso contribui para uma educação mais regrada, desta forma os alunos tem mais limite, equilíbrio e iniciativa. (...MELHORAR O TEXTO)

Sobre a escolarização dos pais ou responsáveis, alguns possuem Ensino Superior, a maioria Ensino Médio e poucos Ensino Fundamental completo ou incompleto.

A renda familiar da comunidade à maioria não ultrapassa a dois salários mínimos, o que força as mães terem que trabalhar fora, ou na roça para ajudar na renda. Muitos não têm renda fixa por isso não sabem especificar o quanto ganha mensalmente.

Quanto à profissão, a grande maioria é agricultora, mas já detectamos a crescente presença de outras profissões como pedreiro, funcionário público, comerciante e autônomo. O nível sócio-econômico é de classe média-baixa.

Os pais são participativos, comparecem na escola quando solicitado. Contribuem nas atividades propostas e festividades escolares como: homenagens aos pais, às mães, festa junina, etc.

1.1.9 Alunos

Os alunos são participativos e criativos, o que tem trazido premiações em concursos de 2008: Jogos Escolares Municipais – 2º Lugar e Soletrando Municipal – 2º Lugar. E também êxitos das atividades extra-classe como jogos inter-salas, gincanas pedagógicas, apresentações cívicas e homenagens.

Quando o professor detecta algum aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, comunica a equipe gestora da escola, a qual efetuará juntamente com os professores, um parecer descritivo, e posteriormente, encaminhará ao clínico geral que atende no PSF próximo a unidade à qual fará encaminhamento para os profissionais de apoio como: oftalmologista, otorrinolaringologista, psicólogo, fonoaudiólogo, entre outros.

Posteriormente, o professor trabalha com estratégias pedagógicas diferenciadas para auxiliar no desenvolvimento deste aluno, de forma mais eficaz.

1.2 MARCO FILOSÓFICO OU DOUTRINAL

Este marco parte dos seguintes questionamentos:

- Que tipo de sociedade queremos construir?
- Que tipo de Homem/Pessoa Humana queremos colaborar na formação?
- Que finalidade queremos para a Escola? Que papel desejamos para a Escola em nossa realidade?

Objetivo Geral

Propiciar o acesso ao conhecimento científico para contribuir na transformação da sociedade, num ambiente agradável.

(²).

Objetivos Específicos

- Desenvolver as potencialidades do educando;
- Incentivar o aluno a participar da vida social;
- Realizar atividades educativas transformadoras de forma democrática.
-

1.2.1 Fundamentos Filosóficos

A prática do professor, mesmo de forma inconsciente, pressupõe uma concepção de ensino e aprendizagem que determina sua compreensão da metodologia, da função social da escola, dos conteúdos a serem trabalhados e da relação entre professor e aluno.

Essas questões são importantes para que explicitem os pressupostos pedagógicos que interagem à atividade de ensino, na busca de coerência entre o que se pensa estar fazendo e o que realmente se faz. Tais práticas se constituem a partir das concepções educativas e metodológicas de ensino que permearam a formação educacional e o percurso profissional do professor, aí inclui das suas próprias experiências de vida, a ideologia compartilhada com seu grupo social e as tendências pedagógicas.

As tendências pedagógicas que se firmam nas escolas brasileiras, públicas e privadas, na maioria dos casos não aparecem em forma pura, mas em características particulares, muitas vezes mesclando aspectos de mais uma linha pedagógica.

Reconhece-se a importância da participação construtiva do aluno, e ao mesmo tempo, da intervenção dos professores para a aprendizagem de conteúdos específicos que favorecem o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo.

Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidade que possibilitem adaptações às complexas condições de vida. Segundo Dale Carnegie (S/D) “A única maneira de nos prepararmos para o futuro, é concentrar toda a nossa inteligência e todo o nosso entusiasmo na execução perfeita do trabalho”.

A Escola Municipal Alberto Speck pode ser definida como o local de sistematização de experiências e da cultura. Local adequado para a promoção do conhecimento novo e do conhecimento crítico. O ponto de convergência onde os esforços são acumulados e repetidos para o impulsionamento do crescimento intelectual da humanidade, abrindo constantemente espaços que assegurem a reflexão epistemológica e crítica.

² LDB 9394/96, Art. 22 – A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O ensino se refere à aquisição e à prática de novos conhecimentos, atitudes, hábitos e valores. O ensino tem por finalidade própria a aprendizagem, sendo ele mesmo a criação de condições favoráveis à aprendizagem. Criar um ambiente adequado à aquisição e a produção de conhecimento é uma das principais virtudes.

A Escola M.E.F. Alberto Speck define-se [TROCAR ESTE VERBO] por uma linha de alfabetização sócio-interacionista. **ACRESCENTAR AS OUTRAS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS QUE A ESCOLA ADOTA.**

O sociointeracionismo (ou sócio-construtivismo) é um termo usado para fazer distinção entre as teorias de Vygotsky e Piaget, embora sejam apontadas como construtivistas em suas concepções do desenvolvimento intelectual. Ambas defendem as relações entre o homem e o meio como condicionantes à construção da inteligência. A principal diferença entre as duas teorias é que a de Vygotsky enfatiza o meio como determinante no aprendizado, ou seja, um conhecimento só tem sentido se tiver um significado cultural.

O sociointeracionismo de Vygotsky prioriza as interações entre os alunos e destes com o educador, colocando a escola e os educadores como mediadores e condutores do aprendizado. Já o construtivismo de Piaget aponta que é fundamental o papel da escola e dos educadores para o aprendizado do aluno, e os educadores devem inclusive assumir uma atuação animadora.

Tecnicismo....

1.2.1.1 Visão de Homem

Segundo Freire (S/D) “Cada homem está situado no espaço e no tempo, no sentido em que vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural preciso”.
[MELHORAR ESTE ITEM]

1.2.1.2 Visão de Sociedade

Não há sociedade sem homem e nem homem sem a sociedade. A sociedade é constituída por indivíduos que agrupam, num contexto social familiarizado, sua ideologia, política, cultura e educação, e desta forma constrói a sua história.

1.2.1.3 Visão de Mundo

A concepção de mundo pode estar ligada a uma visão de universo, como também restrita à visão do mundo de cada um. Segundo Walter Garcia (1978) [bibliografia] “Mundo é uma condição essencialmente humana. Não há mundo sem homem, assim como não há homem sem mundo. Reciprocidade que se evidencia quando se considera que o mundo é uma extensão do homem e que não é possível compreendê-lo sem a compreensão do homem.”

Quando Jesus Cristo diz: “Vocês são o sal da terra. Vocês são a luz do mundo”, entende-se que é porque nos foi dada à condição de irradiar a luz humana ao mundo. Cabe a cada um, com o espírito humano, iluminar o seu mundo para que essa luz possa se expandir para o universo.

1.2.1.4 Visão de Educação

Entende-se por educação, a influência intencional e sistemática sobre o ser juvenil, com propósito de formá-lo e desenvolvê-lo. A educação é componente fundamental da cultura da ciência, da arte e da literatura.

A educação, como qualquer outra produção histórica social, reflete representações e valores de um determinado grupo, isto é, reflete ideologia. Qualquer representação que uma pessoa elabora sobre si mesma, sobre os homens, sobre a sociedade, sobre tudo que exprime valores como certo ou errado, bom ou mau, verdadeiro ou falso, revela a sua inserção como indivíduo em um grupo que possui uma determinada ideologia.

INCLUIR OS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO DA UNESCO...

1.2.1.5 Visão de Educador

No século XVI, o movimento contestatório do catolicismo, que recebeu, mais tarde, o nome de Protestantismo, cunhou um nome em língua alemã que até então não existia. Na verdade foi o próprio Martin Luther que inventou o termo, e acredita-se que ele está diretamente ligado à educação. Trata-se da expressão “*Beruf*” que hoje em alemão significa profissão. Mas “*Beruf*” deriva do verbo “*refeu*” que significa chamar. *Beruf* ou *berufeu* significa sentir-se vocacionado, e até hoje em alemão a expressão “*Beruf*” pode significar tanto profissão como vocação.

Ser educador vai além de mera profissão. Vai além de mero tecnicismo de realizar esta ou aquela tarefa. A educação é uma profissão/vocação. Quem se inseriu na educação deve ter sonhos, projetos, ideais. Deve ter algo para dizer às pessoas e não simplesmente se comportar como se fosse um operário que vai a fábrica executar uma tarefa. Ser educador é sentir-se chamado a falar e perceber que há pessoas dispostas a ouvir. Ser educador é ser um eterno desconfiado em relação ao mundo e saber que a verdade não existe, mas que é uma construção diária. Ser educador é mediar discursos e ser porta-voz daqueles que não tem voz. Ser educador é saber que ninguém sabe tudo e que também não há ninguém que não saiba nada.

Precisamos de educadores para construir valores. O ser humano é o único animal que não tem seu papel definido pela natureza, mas pela cultura. Ser educador é sentir-se chamado a construir valores que possam tornar os seres humanos mais amigáveis. Ser educador se justifica num mundo onde os seres humanos se compreendem como responsáveis pelos atos e ações que executam. Ser educador não é instrumentalizar pessoas para fazer as coisas funcionarem, mas ensiná-los que a vida merece mais respeito do que hoje muitos apregoam que ela tenha. Educar é preparar a pessoa para agir e participar em criticidade, sendo um cidadão que pode transformar e construir.

1.2.2 Fundamentos Epistemológicos

1.2.2.1 Concepção de Aprendizagem

Para alcançar seus objetivos, a escola deverá desenvolver sua proposta pedagógica, que deverá estar norteadada em eixos fundamentais, com uma concepção de homem e de aprendizagem.

Pela concepção de homem, a escola decide que homem quer formar, para construir um determinado modelo de sociedade. Pela concepção de aprendizagem, que aponta a maneira de compreender e provocar a relação do homem com o conhecimento, escolhe o que e como ensinar.

Concepção de homem e de aprendizagem estão intimamente ligadas. Normalmente, estas concepções decorrem das que são tornadas consenso nas sociedades pela ação de direção ideológica das elites através dos instrumentos de que dispõem. Introduzir uma nova perspectiva implica, assim, romper com as concepções vigentes na sociedade, o que exige um esforço intelectual maior. No contexto das escolas, para que se possa esperar sucesso com a ação pedagógica, esta deve ser concebida a partir de entendimentos de homem e de sociedade que sejam coerentes, o que implica fazer escolhas entre permanecer como se está ou mudar o rumo da ação escolar.

Quanto às concepções de aprendizagem, podemos observar que, desde a antiguidade, convivem duas, cada uma com destaque em épocas diferentes. Atualmente, denominamos uma concepção de INATISMO (gestaltismo) e outra, EMPIRISMO (behaviorismo ou ambientalismo).

O INATISMO, com raízes na Antiguidade Grega, fundamentado na filosofia racionalista e idealista, compreende que todo o conhecimento tem sua origem em estruturas mentais inatas: já nasce com o homem. Assim, entende que o conhecimento é anterior à experiência, ou seja, na relação sujeito/objeto, não há influência do objeto.

O EMPIRISMO, fundamentado na filosofia empirista e positivista, também originária da Grécia Antiga, entende que todo o conhecimento é transmitido, de modo que o sujeito recebe o objeto do conhecimento sem agir sobre ele.

Atualmente, toma corpo a concepção sócio-histórica de aprendizagem, também chamada de histórico-cultural ou sociointeracionista, que embora, relativamente jovem, traz também uma carga conceitual que a liga a diferentes momentos da tradição filosófica desde a antiguidade.

A concepção SÓCIO-HISTÓRICA (histórico-cultural ou sociointeracionista) procura compreender como as interações sociais agem na formação das funções psicológicas superiores, sem considerar uma determinação biológica, mas o resultado de um processo histórico e social.

Partindo deste pressuposto, há diferença na formação do que, habitualmente, se chama de inteligência entre uma criança que vive em um meio social intelectualmente pobre. Assim, a capacidade de acompanhar as atividades escolares deixa de ser vista como uma determinação da natureza ou do esforço pessoal, mas sim como uma determinação social.

1.3 MARCO OPERATIVO

Considerando que a escola tem um papel de fundamental importância na formação de um aluno crítico, interativo em seu espaço e que busque recriá-lo (?) na perspectiva social, considerando-o como bem comum a todos, e não apenas de uma classe social privilegiada.

Nossa instituição procura seguir a linha de trabalho sóciointeracionista, pois queremos que o aluno se situe em sua realidade sócio econômica e política e, a partir delas, caracterize as discrepâncias existentes, levando-o a um compromisso de transformá-los não se sentindo inferior por causa da classe social que ocupa, mas respeitando as diferenças entre as pessoas derivadas de sexo, cultura, etnia, valores, opiniões ou religiões. Desejamos assim ser agentes contribuidores

para despertar o crescimento da capacidade social, pelo relacionamento diário baseado na solidariedade e na participação.

Para tanto, é necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, sejam exploradas a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas. Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o desenvolvimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados (PCN, p. 35 QUAL PCN?).

Há valores considerados fundamentais para educadores e educandos, por esta razão, a equipe pedagógica atuará junto aos alunos, de acordo com os princípios de liberdade, justiça, amor e fraternidade, possibilitando-lhes a compreensão destes valores na prática do dia-a-dia, e objetivando desenvolver senso de comunhão e partilha, o crescimento pessoal e grupal e a valorização das relações interpessoal e intrapessoal.

Deseja-se que desde cedo, as crianças comecem a despertar a sua consciência social como agentes transformadores da história, e sabendo que por isso são responsáveis, desenvolvendo seu senso de disciplina, visando resultados sempre maiores, nunca de constrangimento e limitação. Para tanto a equipe pedagógica estará empenhada em ajudá-los no reconhecimento da importância de sua inteligência, afetividade, capacidade, relacionamentos e construção de conhecimentos.

Desejamos garantir a apropriação do conhecimento no momento certo. O que os alunos devem aprender não somente os conteúdos, mas habilidades, capacidades e competências. O que se busca das pessoas hoje é a capacidade de estarem sempre atualizadas e aprendendo, porque a habilitação que ministramos hoje já não garante o bom desempenho de amanhã.

Para que se possa formar pessoas que estejam preparadas para aprender constantemente, faz-se necessários todos assumirem de forma efetiva a liderança dessa nova visão. Sendo que a postura dos professores deve ser de constante aperfeiçoamento de suas potencialidades e habilidades.

Concluindo toda consistência é oferecido pelo fortalecimento da cidadania e da ética, devendo esta substancial transformação assumir contornos de um projeto de humanidade cabendo a escola contribuir decisivamente para a sua consecução.

Visamos uma proposta pedagógica ampla para melhorar a qualidade de ensino, procurando extinguir a repetência e a evasão.

A inclusão dos temas transversais na estrutura curricular de nossa escola juntamente com a construção de projetos educacionais, baseados nessa concepção é imperativo para a transformação de nossa sociedade.

1.3.1 Métodos e Técnicas

Método de ensino é o conjunto organizado de procedimentos didáticos para conduzir a aprendizagem do aluno. O método não é neutro, todo método de ensino tem por base um modelo conceitual, isto é, fundamenta-se numa concepção de homem e de educação.

Os critérios básicos para a seleção de um método ou técnica de ensino são: a adequação aos objetivos propostos para o processo educacional; a natureza do conhecimento a ser reconstruído pelo aluno e o tipo de aprendizagem a se realizar; as características dos alunos (faixa etária, nível de maturidade e desenvolvimento mental, grau de interesse e suas expectativas de aprendizagem); as condições físicas existentes e o tempo disponível.

Os métodos ativos subdividem-se em três modalidades: individualizados, socializados e sócio-individualizados. O professor deve variar os procedimentos didáticos, usando os mais adequados aos objetivos propostos e à natureza do conteúdo estudado. Devem favorecer a compreensão, a assimilação e a construção do conhecimento por parte do aluno.

A compreensão é um elemento indispensável à aprendizagem, pois para assimilar um conhecimento é preciso compreendê-los, isto é, incorporar o objetivo de estudo ao seu universo mental. Por isso, independentemente das técnicas que usar, o professor deve estar atento para oferecer aos alunos situações que lhes permitam comparar, estabelecer relações, classificar, ordenar, situar no tempo e no espaço, analisar, induzir, deduzir, sintetizar, conceituar, provar e justificar. Enfim, cabe ao professor cuidar para que o aluno vivencie situações nas quais possa operar mentalmente, construindo o conhecimento.

1.3.2 Educação Inclusiva – alguns apontamentos

Considerando que a Educação Inclusiva é um tema novo a ser implementado nos sistemas de ensino, e que muitos professores desconhecem seus fundamentos, considera-se relevante que se faça um breve histórico e fundamento deste paradigma.

A Educação Inclusiva surgiu na Europa a partir do momento em que as famílias com membros portadores de alguma deficiência, necessidade especial de aprendizagem ou superdotação, começaram a exigir que estas pessoas tivessem direito a igualdade de condições de acordo com as suas necessidades. E segundo Mazzota (2005) foi inspirado em experiências concretizadas na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte que alguns brasileiros iniciaram (no século XIX) a organização de serviços para o atendimento de pessoas cegas, surdas, deficientes mentais e deficientes físicos. Sendo marcado por dois períodos na evolução da educação especial no Brasil: 1º de 1854 a 1956 – iniciativas oficiais e particulares isoladas; e 2º de 1957 a 1993 – iniciativas oficiais de âmbito nacional.

Muitas intervenções internacionais³ aconteceram nos últimos anos fazendo com que os países integrantes da comunidade mundial aderissem ao paradigma da Educação Inclusiva, (mesmo que não houvesse estrutura para isso, como é o caso do Brasil), para que atuassem no exercício da democracia, garantindo a preservação da dignidade humana.

A Constituição Federal Brasileira dispõe que:

³Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Declaração de Jomtien – Tailândia (1990); Declaração de Salamanca – Espanha (1994); e, Convenção da Guatemala (1999).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho).

Art. 208. (...) III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (...).

Sobre o art. 205, Torres (1993 *apud* TORRES, 2001) considera que a educação para todos posiciona-se na linha de construção de um novo paradigma para a educação como um todo. O autor apresenta uma lista que considera relevante para esta construção, sendo:

- recuperar a unidade dialética entre o ensino e aprendizagem, recuperando *o valor e o sentido de aprender*, não só por pragmatismo, mas por gosto e prazer;
- formular uma interpretação ampla de *aprendizagem* e de *saber*, capaz de integrar conhecimento e ação, saber e saber fazer (competência);
- reconhecer que todos – *crianças, jovens e adultos* – têm necessidades de aprendizagem por satisfazer;
- recuperar o saber como elemento-chave de todo processo educativo (*o que se sabe, o que se ensina e o que se aprende*);
- voltar-se aos aspectos pedagógicos e propriamente curriculares da teoria e da prática educativa;
- revalorizar e recolocar o sentido (teórico e prático) da *educação permanente* e do *aprender a aprender*;
- assumir o reconhecimento da *diversidade*, da *relatividade* e da *mudança*;
- recuperar a dimensão do *individual*;
- repensar a educação da perspectiva da *necessidade* e da *demanda*;
- vincular de maneira clara os *processos educativos* e os *processos sociais*.

Pode-se considerar que esta lista apresenta metas quantitativas, elementos constitutivos de uma estratégia de desenvolvimento e de mudança educativa referentes ao acesso à matrícula, a alfabetização universal, a igualdade entre os gêneros, a aprendizagem como premissa, a necessidade de políticas públicas e uma cooperação internacional.

Sobre o art. 208, para que haja o cumprimento da lei, onde é garantido o acesso e permanência do aluno com Necessidade Educativa Especial – NEE⁴ – na escola de ensino regular haverá necessidade de adaptação e aperfeiçoamento de todos os envolvidos no processo pedagógico, e principalmente do poder público. Como afirma Ferreira e Ferreira (*apud* GÓES; LAPLANE, 2004, p. 21):

Num contexto de ampliação do acesso da população à escola básica, inclusive dos denominados alunos com necessidades especiais, as perspectivas de constituição de um percurso mais significativo de formação escolar para esses alunos requerem reflexão sobre a complexidade desse processo.

Os autores se referem aos aspectos conjunturais que demandam a implementação da inclusão escolar no Brasil, pois nos últimos anos, a partir da Constituição Federal de 1988, tem ocorrido ampliação das referências aos alunos com NEE nos textos legais da União e na

⁴ NEE - O conjunto dos educandos com necessidades especiais compreende aqueles alunos que apresentem “dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento (...) não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências”, “altas habilidades de superdotação” (BRASIL, 2001, p.2).

legislação dos estados e municípios⁵. Vale ressaltar que com o propósito de consolidar a política de educação inclusiva o MEC/SEESP implantou em 2004 o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, tendo (...) *por objetivo compartilhar novos conceitos, informações e metodologias – no âmbito da gestão e também da relação pedagógica em todos os estados brasileiros* (BRASIL, 2004, p. 3).

Então, para que o paradigma seja implementado gradativamente até atingir o nível desejado, o poder público deve viabilizar infra-estrutura (física e pedagógica – adaptações de pequeno e de grande porte), o que requer muito estudo dos profissionais que atuam na área da educação (professor, orientador educacional, supervisor, diretor), famílias e também dos profissionais da rede de apoio: área da Saúde que são os responsáveis por diagnóstico, tratamento clínico e terapêutico (Psicólogo, Terapeuta); Conselho Tutelar, Assistência Social, entre outros.

A rede de apoio é importante na escola para tanto para os alunos quanto para os professores, pois ambos necessitam de estímulo e assistência. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 74):

Uma rede de apoio é um grupo de pessoas que se reúne para debater, resolver problemas trocar idéias, métodos, técnicas e atividades para ajudar os professores e/ou os alunos a conseguirem o apoio de que necessitam para serem bem-sucedidos em seus papéis.

Por ser reconhecida à relevância e complexidade da efetivação da inclusão escolar entende-se que a rede de apoio atua como facilitadora do processo, pois são várias pessoas que se ajudam para elaborar estratégias que promovam o aprendizado do aluno e a solução de problemas quando houver. Desta forma fica claro que a responsabilidade pela implementação do paradigma da inclusão escolar, e o êxito do mesmo, é da equipe de profissionais da escola que devem trabalhar juntos.

Esta equipe é responsável por estabelecer processos contínuos de planejamento e monitoramento. Todos os envolvidos neste processo devem estar atentos para que este não seja somente um procedimento normativo sem a implementação devida. Stainback e Stainback (1999, p. 76) sugerem alguns elementos-chave necessários para a orientação de um apoio consistente ao aluno, sendo:

1. Da importância de um processo de planejamento deliberado contínuo, que não seja apenas um evento isolado, anual ou semestral. Os professores precisam reunir-se regularmente, para que o apoio ao aluno possa ser sistematicamente monitorado. Se surgirem situações desafiadoras, a equipe deve estar capacitada para modificar o plano de apoio de maneira oportuna e eficiente, evitando a ocorrência de uma crise na busca de soluções.
2. Da importância de focalizar-se as potencialidades dos alunos.
3. Da importância de incluir os pais e os alunos como membros, participantes do apoio.
4. Da importância de um enfoque contínuo ao atendimento.

⁵ Constituição Federal (1988); Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência – Decreto nº 3298 (1999); Plano Nacional de Educação (2001) – Lei 10172/01; Lei 9396/96 – Lei de diretrizes e Bases da Educação – LDB; Parecer nº 17/2001 – CNE/CEB; Resolução nº 2/2001 – CNE/CEB; Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência (2001) – Decreto 3956/01; Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001); Resolução nº 112/06 CEE/SC; Proposta Curricular Municipal; entre outras.

Este programa deve ter reuniões periódicas para a resolução de problemas e criação de estratégias de atendimento ao aluno, visando seu desenvolvimento pessoal, intelectual e social. Nesta perspectiva Mantoan (2006, p. 48) corrobora que “(...) os alunos sempre sabem alguma coisa, [assim sendo] todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio”. A partir desta afirmativa entende-se que ensinar em tempos de diversidade e de inclusão escolar, requer ressignificar o papel do professor na sua prática profissional, dando-lhe suporte necessário⁶, e ao invés de responsabilizá-lo por tudo. Vale ressaltar que o professor deverá ser aperfeiçoado profissionalmente através de cursos referentes a temáticas educativas inclusivas, principalmente sobre os processos de cognição do ser humano.

1.3.3 Avaliação da aprendizagem

1.3.3.1 Conceitos

São inúmeras as definições sobre avaliação presentes nas teorizações da educação, dando origem a uma grande diversidade de conceitos sobre o assunto. Porém a E.M.E.F Alberto Speck trabalha na perspectiva de Luckesi (2003, p. 174) o qual aponta que avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos “auxiliar o educando no seu desenvolvimento e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado”. Nesse sentido, a avaliação deverá ser um instrumento para ajudar os alunos no desenvolvimento do seu processo de aprendizagem, e onde simultaneamente apresentará os resultados à sociedade (e a família), demonstrando os níveis de qualidade concernentes aos procedimentos pedagógicos utilizados. Assim sendo, entende-se que seja possível através da avaliação da aprendizagem, acompanhar o trabalho do professor e do aluno, tendo incumbência de apresentar resultados.

No que se refere às funções da avaliação da aprendizagem Luckesi (*ibid*, p. 175) afirma que:

(...) importa ter presente que ela permite o julgamento e a conseqüente classificação, mas essa não é a sua função ontológica (constitutiva), que é de diagnóstico, e, por isso mesmo, avaliação cria a base para a tomada de decisão, que é o meio de encaminhar os atos subseqüentes na perspectiva da busca de maior satisfatoriedade nos resultados.

O autor faz imbricações entre objetivos e funções da avaliação explicando que a avaliação classifica, mas deve ter como princípio o diagnóstico, onde serão identificadas dificuldades, e que a partir dos resultados será possível planejar práticas pedagógicas mais adequadas com vistas

⁶Em SC a Resolução nº 112/06 CEE/SC, dispõe sobre o atendimento educacional especializado sendo:

- Artigo 7º -CAESPs - Centros de Atendimento Educacional Especializados em Educação Especial - severos comprometimentos mentais - programas educacionais e/ou reabilitatórios.
- Artigo 8º, § 1º - SAA – Salas de atendimento alternativo - Nos municípios onde não existam Centros de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial, atende os educandos diagnosticados com deficiências mental ou severos comprometimentos mentais.
- Artigo 11 - SAEDes - Serviço de Atendimento Educacional Especializado de caráter pedagógico.
- Artigo 11 - SAESP - Serviço de Atendimento Especializado, de caráter reabilitatório ou habilitatório, disponibilizado em CAESP e atende todas as necessidades especiais.

à aprendizagem do alunado. Entende que propiciar a autocompreensão, tanto do educando quanto do educador, motivar o crescimento, aprofundar a aprendizagem e auxiliar a aprendizagem, contribui significativamente para a obtenção do bom êxito escolar.

Empiricamente sabe-se que a avaliação é o processo de coleta e análise de dados. Os recursos que são usados para isso chamem-se instrumentos de avaliação. Ao selecionar as estratégias de avaliação da aprendizagem o professor precisa considerar os seguintes aspectos:

- os objetivos visados para o ensino-aprendizagem (aplicação de conhecimentos, habilidades, atitudes);
- a natureza do componente curricular ou área de estudo;
- os métodos e procedimentos usados no ensino e as situações de aprendizagem;
- as condições de tempo do professor;
- o número de alunos da classe.

Atualmente, a avaliação assume a função de diagnosticar, bem como a de verificar a consecução dos objetivos previstos para o ensino e aprendizagem. Para que a avaliação possa desempenhar essas funções, é necessário o uso concomitante de tipologias e estratégias avaliativas. Quanto mais dados o professor puder colher na avaliação, tanto mais informações terá a seu dispor para replanejar o seu trabalho e orientar a aprendizagem dos alunos.

1.3.3.2 Tipologias de avaliação da aprendizagem

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Na área educacional, o foco da avaliação diagnóstica é o aprendizado do aluno, sendo que o professor deverá “descobrir” o que o aluno está aprendendo e onde estão suas dificuldades visando superá-las através de tomadas de decisões. Segundo Rabelo (1998, p. 72) “o diagnóstico é o momento de situar aptidões iniciais, necessidades, interesse de um indivíduo, de verificar pré-requisitos. É, antes de tudo, momento de detectar dificuldades dos alunos para que o professor possa melhor conceber estratégias de ação para solucioná-las”. Desta forma cabe ao professor a responsabilidade de identificar os problemas de aprendizagens do aluno, buscando alternativas para tentar fazer com que o aluno aprenda, bem como identificar quais são suas aptidões.

Neste sentido também contribui Sant’Anna (2000, p. 33) que a avaliação diagnóstica tem o propósito de “determinar a presença ou ausência de habilidades e/ou pré-requisitos (...) identificar as causas de repetidas dificuldades na aprendizagem”. A autora apresenta uma abordagem sobre a presença ou ausência de habilidades, tendo a preocupação de identificar sobre a repetição do ‘erro’ realizado pelo aluno, tendo como mais um dado necessário ao diagnóstico de problemas com o aprendizado.

AVALIAÇÃO FORMATIVA

Atualmente há uma vasta literatura sobre avaliação formativa, sendo que há conceitos que se imbricam e se complementam na medida em que buscam elucidar indagações que constantemente estão presentes na prática avaliativa. Vejamos alguns conceitos convergentes de avaliação formativa:

Segundo Hadji (2001, p. 21) “a avaliação formativa implica, por parte do professor flexibilidade e vontade de adaptação, de ajuste”.

De acordo com Rodrigues (2006, p. 06) na avaliação formativa “há negociação e autocontrole, sendo o avaliador um agente da transformação qualitativa do formado, fornecendo-lhe recursos e orientações para o sucesso presente e futuro”.

Perrenoud (1999, p. 103) considera que avaliação formativa “é toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da *regulação* das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo”.

Estes conceitos trazem uma abordagem mais voltada ao aprendizado do aluno no processo, do que a serviço de mera classificação, embora reconhecendo que a avaliação sempre recai em classificação, mas o avaliador trabalha em prol de um acompanhamento efetivo ao aluno, através de correções independentemente das estratégias e alterações que venham acontecer durante o processo de ensino, para que seja garantido ao aluno o direito de aprender.

AVALIAÇÃO SOMATIVA

Segundo Rabelo (1998, p.72) “a avaliação somativa normalmente é uma avaliação pontual, já que, habitualmente, acontece no final de uma unidade de ensino, de um curso, um ciclo ou um bimestre, etc., sempre tratando de determinar o grau de domínio de alguns objetivos previamente estabelecidos”. Observa-se que a avaliação somativa acontece no fim de um processo de ensino visando verificar os conhecimentos adquiridos pelos alunos, pondo-o à prova e atribuindo-lhe um juízo de valor.

A avaliação somativa pode ser utilizada em menor período de tempo, comumente encontra-se nas práticas avaliativas como sendo semanais, mensais, bimestrais, etc., que registrarão as notas em um percurso pequeno com o intuito de saber como o aluno está respondendo às práticas docentes, no que se refere ao seu aprendizado, retratando através da coleta de dados por meio de instrumentos considerados viáveis como prova e testes o resultado do trabalho realizado.

AVALIAÇÃO NORMATIVA E CRITERIAL

A avaliação normativa mesmo controverso ao ideário da avaliação inclusiva será abordada, pois, se refere a uma modalidade de avaliação que se baseia em testes standardizados para medir a inteligência (a exemplo o SAEB⁷), presumindo que as diferenças individuais são distribuídas conforme a curva normal de Gauss, tomando como ponto de referência às comparações nas realizações de sujeitos num mesmo grupo, desta forma apresenta uma característica seletiva e competitiva. De acordo com Afonso (2000, p. 34) “a avaliação *normativa* parece ser, a modalidade de avaliação mais adequada quanto à competição e comparação se tornam valores fundamentais em educação”. Assim, desconsidera os objetivos pré-determinados da educação, sendo relevante à distribuição comparativa das pontuações de estudantes de um determinado país, a partir de resultados quantificáveis, referindo-se ao domínio cognitivo e instrucional. Não considera a complexidade do processo educativo, mas fornece resultados que são utilizados como indicadores de mercado.

Oposta à avaliação normativa está a avaliação criterial que é caracterizada principalmente por estar inteiramente preocupada com a aprendizagem individual do aluno em relação aos objetivos, sendo convergente à educação inclusiva. Nesta modalidade de avaliação não há comparação do desempenho de um aluno com outro, a escalonação. Segundo Afonso (*ibid*, p. 35):

⁷ SAEB – Sistema de avaliação do Ensino Básico.

a avaliação criterial é ainda a modalidade de avaliação que dá mais garantia quer a transmissão quer a aprendizagem das chamadas competências mínimas necessárias ao mundo do trabalho (...) e, ao mesmo tempo, é a modalidade de avaliação pedagógica que permite um maior controlo (*sic*) central por parte do estado (...).

De acordo com o autor, a avaliação criterial está voltada para o diagnóstico de dificuldades dos alunos, elaboração e realização de atividades que busquem sanar estas dificuldades e posteriormente à promoção do aluno no seu percurso escolar, atribuindo-se de provas ou testes construídas com preocupações técnicas e metodológicas sendo considerados fidedignos.

Apresentadas às reflexões teóricas sobre Avaliação, suas tipologias e procedimentos técnicos, encaminham-se reflexões sobre a questão da Educação Inclusiva e a Avaliação da Aprendizagem, com a apresentação de algumas estratégias consideradas viáveis a tal processo educativo formal – Inclusão Escolar no Ensino Regular.

1.3.3.3 Estratégias

As estratégias utilizadas pelos professores para a avaliação da aprendizagem são:

- Prova: objetiva ou dissertativa, oral ou escrita;
- Trabalhos: individual ou grupal, escrita ou apresentação;
- participação em aula (na sala ou fora);
- organização do caderno;
- tarefas realizadas;
- auto-avaliação;

Os registros das avaliações devem ser feitos no EVN e diário de classe.

1.3.3.4 Recuperação Paralela

Entende-se por recuperação de estudos o processo didático pedagógico que visa oferecer novas oportunidades de aprendizagem ao aluno por meio de metodologias diversificadas (trabalhos, exercícios em sala, participação, teste oral ou escrito, etc) para superar deficiências ao longo do processo ensino aprendizagem (sem que se confunda com a recuperação apenas de nota).

A recuperação será oferecida de forma paralela sempre que for diagnosticada insuficiência durante o processo regular de apropriação, de conhecimento e de competência pelo aluno.

Resoluções 1 e 2 de 2008 do CME.

1.3.4 Pré conselho de classe

O préconselho tem como objetivo tornar o Conselho de Classe mais produtivo e com o **foco na aprendizagem e nas intervenções que possibilitarão a superação das dificuldades observadas**. As situações são levantadas nos agendamentos, e os próprios professores sugerem e solicitam as ações junto à equipe. Pretende-se que o conselho torne-se mais reflexivo e dinâmico, pois as ações já serão levantadas, organizadas e digitadas. Para tanto o (a) professor (a) preencherá uma tabela que deverá ser preenchida (digitada ou manuscrita) para o

préconselho e entregue no agendamento com o supervisor conforme tabela que ficará exposta no mural da sala dos professores. As datas poderão ser negociadas antecipadamente. As observações e discussões sobre comportamento/indisciplina deverão ser tratadas nos agendamentos com o supervisor, assim a equipe gestora terá tempo de traçar ações para comunicação com a família ou conversa com o aluno para resgate.

1.3.5 Conselho de classe

O conselho de classe é o órgão que tem por finalidade discutir e avaliar os aspectos pedagógicos, bem como as atividades docentes, possibilitando assim o replanejamento dinâmico, tornando mais eficiente o processo ensino aprendizagem.

É obrigatório o comparecimento de todos os professores às reuniões do Conselho de Classe, ficando passíveis de penalidades nos termos do regimento, quando não apresentarem motivo justo comprovado.

As atribuições do conselho de classe serão definidas no regimento escolar.

Sobre a aprovação e reprovação de aluno, em conformidade com a legislação municipal vigente (Resolução nº 01/2008) o Conselho de Classe é unânime e o aluno não poderá ser aprovado por conselho por 2 anos consecutivos.

2 DIAGNÓSTICO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Speck é uma escola situada na Zona rural do município de Itapoá, atende alunos do Maternal I ao 9º ano, o número de alunos por turma é pequeno e as turmas do Pré II ao 9º ano funcionam em prédio próprio e as turmas do Maternal I ao Pré I funcionam em uma casa alugada. O nível de reprovação é pequeno devido ao fato das turmas serem pequenas, assim como os professores podem dar acompanhamento individual para os alunos. Também possui um índice de transferência mediano, considerando a quantidade de alunos que freqüentam a escola.

A escola propõe as crianças das séries iniciais, conteúdos que possam contribuir para o seu desenvolvimento cognitivo, partindo do pressuposto que deve contribuir para que a criança construa seu conhecimento. É importante que o professor seja um mediador desses conteúdos e considere a Zona de Desenvolvimento Proximal.

2.1 Grade Curricular

2.1.1 Anos Iniciais - 1º ao 5º Ano

Nº	Disciplinas	Número de aulas semanais
----	-------------	--------------------------

01	Língua Portuguesa	06
02	Matemática	05
03	Ciências	02
04	História	02
05	Geografia	02
06	Artes	02
07	Educação Física	03
08	Inglês	02
09	Ensino Religioso	01
10	Educação Ambiental	01
	Total	26

2.1.2 Grade Curricular – Anos Finais – 6º ao 9º Ano

Nº	Disciplinas	Número de aulas semanais	
01	Língua Portuguesa	05 – 6º e 7º	04 – 8º e 9º
02	Matemática	04 – 6º e 7º	04 – 8º e 9º
03	Ciências	03	
04	História	03	
05	Geografia	03	
06	Artes	02	
07	Educação Física	03	
08	Inglês	02	
09	Ensino Religioso	01	
	Total	26	

2.1.3 TEMAS TRANSVERSAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) caracterizam uma nova concepção de ensino diferenciado, interdisciplinar, que não apenas informe, mas forme alunos conscientes. Para que isso se efetive, a escola deve tratar das questões do dia-a-dia do aluno. Os temas sociais como: Saúde, Ambiente, Orientação Sexual, Ética, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo fazem parte da proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais, como Temas Transversais, que são um ponto de referencia para uma profunda modificação.

“Educar é possibilitar que o outro pense, é pensar junto, é repensar constante e permanentemente. É, então, sentir-se compartilhar” (Silvino Carlos Figueira Netto)

Por se tratar de uma cidade litorânea e de grande exploração turística percebeu-se a necessidade de desenvolver um projeto de educação ambiental com o objetivo de que o aluno possa aprender a valorizar o meio ambiente e aprender hábitos de preservação do meio ambiente.

2.2 Plano de trabalho

2.2.1 Administração

- Analisar e valorizar o desempenho do professor;
- Liderar as reuniões com funcionários, professores e pais;
- Fazer-se presente às atividades político pedagógico, cobrando responsabilidades;
- Organizar devidamente horários, tarefas e ações na escola;
- Incentivar a presença das famílias, pais, professores e alunos nas programações da escola (torneios, palestras, reuniões);
- Acompanhar todos os trabalhos de planejamento, execução e avaliação de todo o processo educativo;
- Incentivar o corpo docente, para que suas aulas sejam coerentes com o projeto político pedagógico da escola;
- Permitir o diálogo, a participação, para que todos tenham respeitado os seus direitos.

2.2.2 Supervisão Escolar

Objetivo Geral

Dar condições para que os objetivos da educação sejam atingidos, diagnosticando, avaliando e aperfeiçoando o processo total ensino-aprendizagem, buscando o desenvolvimento contínuo de cada pessoa comprometida com a educação, seja professor, aluno, servente ou membros da comunidade.

Objetivos Específicos

1- Conscientizar os profissionais da educação:

- a) a estabelecer objetivos específicos para sua escola e para sua classe, tendo como ponto de partida aqueles objetivos gerais;
- b) a usar esses objetivos como guias em todos os processos da educação;
- c) a selecionar bem os meios para atingi-los e os meios de avaliação dos resultados;

2 - Promover estudos de equipe sobre as crenças e valores da sociedade onde atua e sobre as contradições e tensões inevitáveis numa sociedade em mudança.

3 - Promover um estudo da natureza e do desenvolvimento dos seres humanos (psicologia evolutiva e da aprendizagem).

2.2.3 Orientação Educacional

Este tem como objetivo desenvolver projetos e atividades que contribuam no processo de integração escola-família-comunidade, procurando desenvolver assistência ao educando nas áreas cognitiva, afetiva e emocional, desenvolvendo com professores e direção programas com a finalidade do resgate dos valores morais e éticos junto aos educandos e família.

2.2.4 Professor

2.2.5 Aluno

Tem-se como objetivo que os alunos possam no decorrer do ano desenvolver atividades que melhorem seu desempenho escolar, quanto a leitura, a criticidade e o aproveitamento dos conteúdos escolares em suas vidas.

Avaliaremos o rendimento de nossos alunos de forma ampla e global, sistemática, qualitativa. Dando oportunidades para que haja auto-avaliação.

Nossos professores devem ter bem definido seus critérios avaliativos para conseqüentemente deixá-los claros para os alunos e pais.

2.3 Biblioteca

Esta unidade escolar possui um lugar adequado para biblioteca, mas já tem um pequeno acervo de livros recebidos através de doações de pais, de outras unidades escolares, da Biblioteca Pública Municipal, comprados com recursos próprios e recebidos de programas do MEC.

3 PROGRAMAÇÃO - ANO DE 2016

A principal meta a ser cumprida, é oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos, abrangendo estrutura física e pedagógica em conformidade com a legislação em vigor. Assim sendo, na revisão deste PPP observou-se a necessidade de:

- aprofundar conhecimentos específicos sobre Educação Inclusiva;
- projetar melhorias no espaço físico da escola;
- ter mais clareza nos procedimentos a serem realizados em caso de emergência com alunos; e,
- sugerir atividades pedagógicas a serem realizadas durante o ano letivo.

3.1 Educação Inclusiva:

Mediante o paradigma inclusivo e a falta de estrutura pedagógica, os profissionais de educação da escola viram que é necessário solicitar apoio à Secretaria de Educação.

- solicitar a presença de profissionais específicos da Área de Educação Especial e Educação Inclusiva para auxiliar os profissionais da educação desta unidade escolar, sobre o suporte teórico e legal dos alunos com NEE;
- ter conhecimento sobre as Necessidades Educativas Especiais – NEE dos alunos da escola.
- registrar as adaptações curriculares de acordo com objetivos de cada disciplina e de acordo com as NEE de cada aluno.
- elaborar formulário para avaliação descritiva dos alunos com NEE, em conformidade com a lei nº seção II, Art. 24 7853/89.....;
- Conhecer o ECA Art. 129 que dispõe sobre as Responsabilidades dos pais.

3.2 Espaço Físico:

Quanto à estrutura do prédio temos como objetivos:

- construção da quadra de esportes comunitária para atender aos alunos nas atividades desportivas;
- reforma do parque de diversão para as crianças;
- construção de banheiros masculinos e femininos.

3.3 Emergência

O que fazer com o aluno em caso emergência:

Este item traz esclarecimentos de que procedimento deve-se tomar quando acontecer algum acidente com aluno, na escola e em período escolar.

- AUTORIZAÇÃO DOS PAIS EM CASO DE EMERGÊNCIA – verificar a legislação municipal Primeiros socorros;
- Lei 8069/90, Artigo 4º
- Localizar os pais;
- Acionar o conselho tutelar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do ano será possível observar os resultados, detectar e corrigir possíveis falhas..... COLAR EM CONSIDERAÇÕES FINAIS.....

A prática já nos ensinou que a administração do Projeto Educativo só se faz com crença na eficácia e na eficiência das decisões coletivas. Por isso, implementar o funcionamento na escola, implica necessariamente em vontade política de planejar em conjunto, partilhar problemas e resultados, respeitar os espaços dos parceiros, valorizar as contribuições e estimular sistematicamente a participação.

O acompanhamento da caminhada da unidade escolar nos revela que seu funcionamento mais ou menos eficaz está, de fato, na dependência da realidade local, onde as principais referências são a visão dos administradores, o grau de organização da sociedade civil, a valorização da educação pela comunidade e compromisso das lideranças em vivenciar um processo democrático de trabalho.

O Projeto Educativo é um instrumento permanente de debate, de geração de idéias, de busca de alternativas, de esforço coletivo e solidário. Isso significa que não pode ser acionado apenas para solução de problemas graves ou para resplandecer decisões, pois os efeitos práticos e políticos esperados não serão alcançados de imediato.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa: tentar quebrar um espaço confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria L. de A. & MARTINS, Helena P. M. **Filosofando: Introdução a Filosofia**. 2^a ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**. 2. ed. Porto Alegre: Mediações, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. 23. ed. São Paulo: Atlas. 2004.

BRASIL. Resolução Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica n. 2, de 11 de set. 2001: institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, *Diário Oficial da União*, 14 set.

_____. SEESP/MEC. Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

GÓES, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs.) **Políticas e Práticas de educação Inclusiva**. Campinas: autores Associados, 2004. – (Coleção educação contemporânea)

HADJI, C. (2001). **Avaliação desmistificada**. Tradução Patrícia C. Ramos. Porto alegre: Artmed, ISBN 85-7307-758-1. p. 136.

HAYDT, Regina C. C. Curso de Didática Geral. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

LUCKESI, Cipriano. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Penna. 18º ed. São Paulo: Nacional, 1990.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

PLACCO, V. M. M. S. (org.). (2003). *Psicologia & Educação: revendo contribuições*. São Paulo: Educ. ISBN 85.283.01.93-1. p. 179.

PERRENOUD, P. (1999) *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, ISBN 85-7307-544-9. p. 183.

RODRIGUES, Z. A. L.(2006). *Avaliação: avanços e retrocessos*. CD book, ISBN em fase de registro.

RODRIGUES, Z. A. L.(2006). *Avaliação: avanços e retrocessos*. CD book, ISBN em fase de registro.

SANTA CATARINA, Sistema Estadual de Educação. Lei Complementar nº 170, agosto de 1998. (Sistema Estadual de Educação).

_____ Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio (Disciplinas Curriculares), 1998.

SANT'ANNA, I. M. (2000) *Por que avaliar? Como avaliar? critérios e instrumentos*. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, ISBN 8532614264. p. 137.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TORRES, Maria Rosa. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto alegre: Artmed, 2001.

ANEXO A - QUADRO DE PESSOAL

Luiz Pereira	40	Pedagogia/ Supervisão Escolar Pós em Psicopedagogia.	Supervisão
Silvana de Souza Speck		Pedagogia – Administração	Administradora
Keli de Souza Speck	40	Pedagogia – Séries iniciais e Educação Infantil	Professora
Andréia Zimmermann de Souza	40	Pedagogia – Séries iniciais	Professora
Juelcio Luiz Pereira	40	Pedagogia – Séries iniciais	Professor
Francielle de Souza	40	Pedagogia – Auxiliar de turma	Professora
Grace Kelli Sokoloski	40	Pedagogia – Educação Infantil	Professora

Sirlene Caldeira	40	Pedagogia – Educação Infantil	Professora
Dayane JunkesAyroso	40	Pedagogia – Educação Infantil	Professora
TicianiHelmaKummrow	20	Geografia e Ensino Religioso	Professora
Sonia Aparecida Alves	30	Língua Portuguesa	Professora
Silas Schafhauser	40	Educação Física	Professor
Ricardo Vinicius Brauer	20	Ciências	Professor
Lucilene Aparecida Brodowski	30	Matemática	Professora
Lidiane Mendonça Bertholo	20	Inglês	Professora
Francesca Conceição	20	Artes	Professora
Edinei José Martini	20	Pós graduação em Historia	Professor
Dionisio Tesluk	40	Pós graduação em Historia	Professor
Angela de Oliveira	40		Auxiliar de serviços gerais
Soeli Gerker Ferreira	40	1º grau completo	Auxiliar de serviços gerais
Maria de Souza Speck	30		Auxiliar de serviços gerais
Maria Lucia Medeiros	40		Auxiliar de serviços gerais
Delicia de Souza Zimmermann	30		Auxiliar de serviços gerais